3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º, DO ARTIGO 8º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021, REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras e senhores, bom dia.

A nossa reunião será dividida em duas etapas e a sua dinâmica será a seguinte: na primeira etapa, como audiência pública, nós teremos a presença do Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli, e do diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, senhor Jefferson Fernando Grande, que farão a apresentação do relatório de metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2021, em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º, do artigo 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. E a segunda etapa é a nossa reunião ordinária, com a deliberação dos projetos de lei, e, aí, sim, tem que haver o quórum necessário para as deliberações.

Eu quero cumprimentar sua excelência, o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, e o senhor Jefferson Fernando Grande, que é diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA PAULO ELI (SC) – Bom dia, senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, senhores Deputados, senhoras Deputadas.

Eu e o colega Jefferson estamos aqui para fazer a apresentação das contas do 2º Quadrimestre do ano de 2021comparativamente às do ano de 2020.

O ano de 2020 foi atípico porque tivemos restrição de atividades econômicas e, em função disso, nós tivemos uma contenção da receita também em 2020. E em 2021, com a expansão das atividades econômicas reprimidas em 2020, elas praticamente se efetivaram. Então podemos considerar que a arrecadação do ano de 2021 está dobrada em relação aos percentuais de crescimento de 2020, porque toda aquela contenção de atividades econômicas que aconteceu no ano de 2020, aquele represamento dos negócios, aconteceu em 2021, e nós temos a expansão econômica e a expansão inflacionária no País e isso tudo contribui para o aumento da receita do Estado.

Então o Jefferson vai fazer a apresentação agora e, depois, estou aberto às perguntas, assim como o Jefferson, para dirimir todas as dúvidas em relação aos números que vamos apresentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Antes, porém, gostaria de registrar a presença dos Deputados Sargento Lima, Jerry Comper e Bruno Souza e também da Deputada Luciane Carminatti. Sejam todos bem-vindos.

Com a palavra o diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, senhor Jefferson Fernando Grande.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Bom dia a todos os senhores, a todas as senhoras Deputadas e a todos que nos acompanham.

Como o Secretário já fez a introdução, nós vamos apresentar os resultados até o mês de agosto, ou seja, do 2º Quadrimestre de 2021, também procurando na maioria das análises sempre comparar com o mesmo período de 2020.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Os relatórios que dão base aos números que vamos apresentar são o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre do ano de 2021 e também o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do 2º Quadrimestre de 2021. Ambos foram publicados no Diário Oficial, na data do dia 30 de setembro, também estão disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo, no *site* da Secretaria de Estado da Fazenda e já foram devidamente encaminhadas a esta Casa.

Nós iniciamos com a apresentação do resultado orçamentário. Trazemos aqui (*mostra imagem*) as receitas realizadas até o mês de agosto de 2021 e também as despesas que foram liquidadas, ou seja, aquelas despesas que foram efetivamente já realizadas. Nós tivemos uma receita de R$ 22,28 bilhões arrecadados em 2021 contra uma despesa liquidada de R$ 19,81 bilhões, resultando no superávit de R$ 2,47 bilhões, no mesmo período do ano anterior o superávit tinha sido de R$ 1,74 bilhão.

Então, desmembrando um pouco melhor a arrecadação, iniciamos pela arrecadação bruta – sempre lembrando que nem todos os recursos que são arrecadados pelo Estado ficam originalmente com o Estado, partes repartidas com os Municípios, por exemplo –, que é o que de fato entrou nos cofres do Estado inicialmente. Percebe-se ali (*mostra imagem*) que o maior valor é o dos impostos e taxas, especialmente o do ICMS, com R$ 23,95 bilhões, depois as transferências correntes – FPE e outros recursos recebidos do governo federal –, a seguir temos as contribuições e as demais receitas. Em termos de participação, podemos perceber que realmente os impostos e as taxas são a maior parte, com 75,9% da receita bruta arrecadada, seguida pelas transferências com 15,6%.

Aqui (*mostra imagem*) as receitas líquidas. Como eu comentei, há um valor que entra originalmente nos cofres do Estado, mas depois é repartido com os Municípios, além de outras deduções, como restituições. Então nós tivemos até o 2º Quadrimestre do ano de 2021 R$ 31,57 bilhões arrecadados, desse montante R$ 9,29 bilhões foram contabilizados a título de dedução; temos as transferências aos Municípios, de R$ 5,82 bilhões – aqui destaca-se a cota-parte do ICMS, a cota-parte do IPVA –; a transferência ao Fundeb, na qual 20% dos impostos de transferências arrecadados são repassados ao Fundo da Educação, num total de R$ 3,45 bilhões; e outras pequenas deduções. Nós chegamos a uma receita líquida de R$ 22,28 bilhões até o final do 2º Quadrimestre de 2021. No ano anterior, em 2020, nesse mesmo período, nós tínhamos alcançado R$ 19,11 bilhões. Percebe-se então uma variação na receita bruta de 19,7% e na receita líquida de 16,06%, pelos motivos que o Secretário já elencou inicialmente.

Aqui (*mostra imagem*) estão alguns detalhes da arrecadação tributária, que podemos dizer que, sim, é aquela arrecadação própria do Estado. Nós temos ali os impostos e as taxas com R$ 1,5 milhão arrecadado em 2021; o Imposto de Renda Retido na Fonte - que é o imposto que é retido sobre pagamentos realizados pelo Estado, mas que fica para o próprio Estado -, de R$ 1,1 milhão; o IPVA com R$ 1,7

milhão; e o ICMS, obviamente com o maior valor, R$ 19,5 milhões. Isso no 2º Quadrimestre de 2021, e nós temos ali também os valores do 1º Quadrimestre até o 2º Quadrimestre de 2020. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Destaque também para algumas transferências que recebemos da União. As receitas relativas à Lei Complementar 176 que, na verdade, representam um valor que passou a ser arrecadado a partir deste ano, de R$ 150 milhões; recursos hídricos e minerais, R$ 15 milhões; a cota-parte da CID, R$ 10 milhões; a cota-parte do IPI, que é a parte que o Estado recebe da arrecadação do IPI federal, R$ 267 milhões; e o Fundo de Participação dos Estados, que é a maior representatividade aqui, R$ 1 bilhão.

Ali (*mostra imagem*) nós temos a somatória dos valores. Então em relação aos tributos arrecadados diretamente pelo Estado, nós tivemos uma soma de R$ 23,9 bilhões, que comparado ao mesmo período de 2020, que foi de R$ 18 bilhões, tivemos um crescimento de 28%.

Aqui (*mostra imagem*) alguns indicadores de receita que têm utilização diferente. Nós temos a Receita Corrente Líquida, que é a base utilizada para todos os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal e sempre é apresentada dos últimos doze meses, e no caso aqui é o mês de agosto mais os onze meses anteriores. Então no 2º Quadrimestre de 2020 nós tínhamos alcançado R$ 25,89 bilhões e no 2º Quadrimestre de 2021 o valor de R$ 30,21 bilhões, verificando-se um aumento de 16,7%.

A Receita Corrente Líquida considera qualquer outra receita corrente que tenha sido arrecadada e a Receita Líquida de Impostos considera apenas a receita advinda realmente dos impostos arrecadados pelo Estado e é a base aqui para os mínimos constitucionais de educação e saúde. A Receita Líquida de Impostos aqui é de janeiro a agosto e em 2021 nós alcançamos R$ 18,33 bilhões, sendo que no mesmo período de 2020 foram R$ 14,21 bilhões, verificando-se um aumento de 29%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Jefferson, só quero chamar a atenção: aqui é a receita líquida, pois nós já repassamos os recursos dos Municípios, tá?

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Isso, exato.

E também temos a Receita Líquida Disponível, que é a receita arrecadada pelo Tesouro e que serve como base para o repasse aos Poderes. Até agosto de 2021 nós arrecadamos R$ 14,82 bilhões e no mesmo período de 2020 foram R$ 11,58 bilhões, com um aumento quase igual ao da Receita Líquida de Impostos de 28,6%.

Aqui (*mostra imagem*) as informações relativas aos repasses obrigatórios que o Poder Executivo faz com base na Receita Líquida Disponível. O somatório previsto na legislação que devemos repassar é de 22,05%; até o final do 2º Quadrimestre de 2021 o Poder Executivo repassou R$ 3,2 bilhões, sendo que no mesmo período de 2020 haviam sido repassados R$ 2 bilhões – obviamente esse aumento tem reflexo com o aumento da arrecadação. E ali nós temos os valores repassados para cada Poder e também o percentual correspondente.

Agora, partindo para uma análise mais relacionada às despesas, aos gastos públicos, nós temos aqui as despesas fixadas na LOA (Lei Orçamentária Anual). O Orçamento nasceu com R$ 31,75 bilhões, durante o ano tivemos um total de créditos adicionais de R$ 5,34 bilhões e esses créditos adicionais são, vamos dizer assim, complementos ao Orçamento inicial em virtude de vários fatores: superávit do ano anterior, excesso de arrecadação, enfim, complementos e despesas. E a dotação atual

autorizada, a dotação atualizada até o final do 2º Quadrimestre de 2021, é de R$ 37,09 bilhões.

Dessa dotação autorizada nós tivemos já um total empenhado de R$ 21,87 bilhões e um total liquidado de R$ 19,81 bilhões, lembrando sempre que o empenhado é aquele valor comprometido e o liquidado é o que já foi entregue, o serviço já foi prestado e assim por diante, daquilo que já foi empenhado.

Para vocês terem uma noção desses gastos, o valor anterior era o total consolidado. Aqui nós temos uma noção dessas despesas liquidadas por Poderes: temos ali R$ 0,05 milhão na Defensoria Pública; R$ 0,57 no Ministério Público; R$ 0,59 no Poder Legislativo, compreendendo aqui o Tribunal de Contas; nós temos R$ 1,61 no Poder Judiciário. Aqui no Poder Executivo separamos o que é previdência, então, o Regime Próprio de Previdência R$ 4,39 bilhões e o restante dos gastos do Poder Executivo somaram R$ 19,59 bilhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deixa só eu fazer uma intervenção aqui. A expansão do gasto do Executivo de 19,6 é que as despesas do Executivo são indexadas à arrecadação. Nós temos que gastar 25% com a educação, 12% com a saúde e tem as outras despesas vinculadas. Então a receita cresceu e, obrigatoriamente, tem-se que aplicar os recursos naquilo que é vinculado constitucionalmente. Por isso que houve um crescimento de 19,6 da despesa e a receita aumentou 28. Essa é uma gestão que nós fazemos em relação ao controle orçamentário efetivo.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – O somatório das despesas liquidadas, 19,81, e no mesmo período de 2020 a soma era de 17,37.

Aqui (*mostra imagem*) essas mesmas despesas liquidadas, mas por área, para os senhores terem uma noção em quais áreas de governo que esses gastos foram realizados. Essas áreas, no ponto de vista da classificação da despesa, nós chamamos de função, sempre que se empenha uma despesa ela é classificada também por área de governo na qual a despesa está sendo realizada.

Na função Previdência Social, nós tivemos até o final do 2º Quadrimestre de 2021 o valor de R$ 4,8 bilhões; na área da educação, R$ 2,8 bilhões; na área da saúde, R$ 3 bilhões; na área de segurança pública, R$ 1,8 bilhão, e nas demais funções ou nas demais áreas de governo, e aí entra agricultura, infraestrutura, cultura, enfim, todas as demais, R$ 7,2 bilhões. Na função Previdência Social, em relação ao ano de 2020, nós tivemos um aumento de 3,7%, na educação 19,3%, na área de saúde 15,1%, na segurança pública 7,5% e nas demais áreas do governo 21,5%.

Aqui (*mostra imagem*) as despesas liquidadas por grupo. Anteriormente nós demonstramos esses gastos por área de governo e aqui basicamente por objeto do gasto, que tipo de gasto que foi realizado. Então nós tivemos com o pagamento da dívida R$ 1,43 bilhão, vemos um aumento em relação ao mesmo período de 2020 de 74,2% - aqui há que se ressaltar que no ano passado tivemos um período de suspensão do pagamento das dívidas em função da pandemia e da Lei Complementar 173. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

A título de investimentos, que são as obras, aquisição de equipamentos, nós tivemos um aumento de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na folha de pagamento nós tivemos um aumento de 8,6%, totalizando R$ 12,25 bilhões. E nos demais gastos, que nós então consideramos como manutenção de serviços

públicos, nós tivemos R$ 5,29 bilhões, chegando a um aumento de 16,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ali ao lado nós temos um gráfico que mostra essa proporção. Então, a folha de pagamento é o maior gasto, né?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Somente uma intervenção aqui.

Daqueles 8,6% de incremento, já tem uma parcela de agosto da remuneração mínima do Magistério, 15 de agosto. Depois, setembro, outubro, novembro e dezembro, aí no próximo quadrimestre nós teremos todo o impacto em relação ao aumento da despesa na educação.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE - Então a gente tem essa proporção: a folha de pagamento representou 61,8% desses gastos. E depois, o segundo maior, a manutenção dos serviços públicos, que são as demais despesas correntes, com 26,7%. Pagamento da dívida representou 7,2%, e os investimentos 4,3%.

Aqui mais detalhadamente as despesas com o pessoal realizadas. Aqui a gente traz a visão da Lei de Responsabilidade Fiscal, então considerando os últimos doze meses. Nós tivemos uma despesa total com o pessoal no final do 2º Quadrimestre de 2020 de R$ 11,7 bilhões. No 2º Quadrimestre de 2021, R$ 12,8 bilhões. Nesse montante são considerados gastos também com inativos e pensionistas.

Aqui a gente apresenta, só para destacar, porque nem todos os gastos com inativos e pensionistas computam como gasto com o pessoal para fins de LRF, considerando que aquele montante, que é custeado com recursos das próprias contribuições, pode ser deduzido. Então, nós tivemos ao final do 2º Quadrimestre de 2021 e um gasto com inativos e pensionistas de R$ 6,4 bilhões. Desse montante, R$ 1,7 bilhão foi custeado com contribuições previdenciárias. Então, nós tivemos um gasto com o pessoal, a título de nativos e pensionistas, de R$ 4,6 bilhões.

Nesse sentido, então a gente a gente concluiu o 2º Quadrimestre de 2021 com um percentual de gastos com pessoal, sem inativos e pensionistas, um gasto total de 63,56%, se considerarmos também o gasto com terceirização.

Mais os gastos que entram no limite da despesa com o pessoal para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal, no mesmo período do ano passado nós tínhamos encerrado com 45,33%, e nesse período agora, de 2021, a gente encerrou com 42,55%, que é inferior ao limite prudencial. Obviamente há de se destacar que o aumento na arrecadação também interfere nesse percentual.

Aqui vocês têm um gráfico que demonstra essa evolução ao final do 2º Quadrimestre dos últimos quatro anos. Então nós temos ali, no 2º Quadrimestre de 2018, nós estávamos quase no limite máximo legal com 48,87%. Esse é o percentual do Poder Executivo, né? Ao final do 2º Quadrimestre de 2019 nós estávamos com 46,43%, próximo do limite prudencial. Ao final do 2º Quadrimestre de 2020 nós estávamos com 45,33%, abaixo do limite prudencial. E agora, ao final do 2º Quadrimestre de 2021, nós estamos com 42,55%, abaixo inclusive do limite de alerta.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deixa eu somente fazer uma intervenção, principalmente ao Deputado Bruno, que pergunta muito sobre essas questões.

Aqui nós estamos trabalhando nas regras de apresentação das contas da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a folha de pagamento tem verbas que não computam na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, dos 42,55%, nós temos mais dez pontos

percentuais de demais despesas na folha que não computam na Lei de Responsabilidade Fiscal, que são indenizações, vale-alimentação e outras indenizações, outras despesas que não computam.

Então, o que nós estamos tentando trabalhar? O demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal é para as questões legais. Agora, nas questões gerenciais e de fluxo de caixa, nós temos que computar todas as despesas de pessoal. Então a Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano que vem, já exige a inclusão da folha de pessoal das OSs, das Organizações Sociais, como defesa pessoal do Estado. Com o tempo nós vamos ter que colocar os serviços terceirizados, e dos 42% do fluxo de caixa, nós temos que considerar quase 52%.

Então nós não pagamos somente 42% de folha de pessoal, nós pagamos 52%, pois tem mais dez pontos percentuais de folha de itens de despesas do Estado que são obrigatórias e que não computam na Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, para o fluxo de caixa para o futuro de sobrevivência dos Estados, nós temos que tornar os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal em demonstrativos gerenciais de fluxo de caixa.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui então só um pouco dessa composição da folha de pagamento. Ao final do 2º Quadrimestre de 2021 os servidores ativos representavam R$ 5,72 bilhões desses gastos e os inativos R$ 4,32 bilhões, 11,5% a mais do que o mesmo valor no mesmo período em 2020.

Aqui, nós já entramos então nos gastos com educação. Como nós sabemos, nós temos um percentual de 25% a cumprir, sempre lembrando que esse cumprimento é verificado ao final do exercício, mas obviamente a gente já vai acompanhando e também publicando durante o exercício.

Ali nós temos também os percentuais e os valores aplicados, para ter uma comparação, ao final do 2º Quadrimestre também nos últimos quatro anos. Então, ao final do 2º Quadrimestre de 2018 nós tínhamos um percentual liquidado de 27,22% e empenhado de 27,73%. Ao final do 2º Quadrimestre de 2019 nós estávamos com 25,58% liquidados e 26,97% empenhados. No ano passado, em 2020, nós tínhamos um percentual de 24,63% liquidado e 25,48% empenhado, e ao final do 2º Quadrimestre de 2021 nós tínhamos 21,97% liquidados e 23,28% empenhados.

A gente trouxe nessa apresentação os dois valores para os senhores terem uma idéia, porque durante o ano normalmente a gente acompanha o percentual liquidado, que é o que, de fato, já foi executado. Ao final do ano a gente considera pelo valor empenhado, mas é importante a gente fazer essa comparação, até para ver como está essa comparação entre o liquidado e o empenhado.

Como o Secretário já comentou...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Acho que aqui é importante frisar que as despesas da remuneração mínima do Magistério ainda não estão computadas aqui, porque nós estamos fazendo o pagamento e este demonstrativo aqui é de até o mês de agosto. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

A remuneração mínima, em termos de fluxo de caixa, é em torno de R$ 700 milhões, vai ajudar a computar os 25%. Então nós temos demais despesas que nós estamos agora acelerando para fazer o cômputo dos 25%, porque a emenda constitucional obriga que a partir deste ano não poderemos mais colocar a conta de inativos nos 25%, só que não foi criada uma receita nova para o Estado pagar os

professores aposentados. Nós temos que criar uma receita para isso, porque senão nós não vamos conseguir fechar as contas, já que a receita do Estado e a despesa do Estado ainda não fecham, porque nós temos demandas crescentes da sociedade de serviços e obras que nós temos que executar e que não cabem no Orçamento, porque nós temos que arrumar uma fonte para pagamento dos inativos.

Os inativos este ano devem fechar em R$ 5 bilhões - vamos ver daqui a pouco, ali na frente - e tirar os inativos do cômputo da educação, porque os 25% foram criados na Constituição de 1988 quando a folha da educação era paga pela folha da educação e os inativos faziam parte daquela conta. Então não foi criada uma receita nova para essa despesa, sendo esse um dos grandes gargalos financeiros do Estado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — O.k., podemos seguir.

Aqui (*mostra imagem*) vocês têm um detalhamento desses valores. Esses 25% são calculados sobre a Receita Líquida de Impostos, então ao final do 2º Quadrimestre de 2021 esse total foi de R$ 18,3 bilhões. O valor mínimo a ser aplicado resultaria em R$ 4,5 bilhões. O total das despesas que foi considerado no mínimo constitucional somou R$ 4 bilhões, porque nem todas as despesas em educação podem ser consideradas no mínimo constitucional.

Nós temos ali os percentuais liquidados e empenhados até o momento que já estavam no gráfico anterior. Como vocês percebem, ao final do 2º Quadrimestre de 2020, nós tínhamos um total de R$ 265 milhões considerados dentro desse cômputo dos 25%, e agora no 2º Quadrimestre de 2021 a gente já não está considerando nada.

Nós temos também um total de despesas executadas em educação com outras fontes. Vocês percebem que ao final, em 2021, nós já temos R$ 1,6 bilhão gastos em educação, só que são fontes que não computam nos 25%, são gastos de educação, mas não contam para o fim dos 25%. Então se nós fôssemos considerar todos os gastos já realizados de qualquer fonte ou de qualquer gasto, a gente já estaria em 31,14%.

Aqui (*mostra o gráfico*) o percentual mínimo de aplicação em saúde que o Estado deve aplicar de 12% da sua receita de impostos. Ali vocês têm os valores aplicados também ao final do 2º Quadrimestre dos últimos quatro anos. Nós aplicamos até o momento, em termos de percentual empenhado, 15,58% e liquidado 13,37%. E aqui (*mostra o gráfico*) também um desmembramento desses valores: o que já foi aplicado em saúde e considerado no mínimo de 12% são R$ 2,4 bilhões; os percentuais ali de 13,37% e 15,58% já estavam no gráfico anterior.

O Poder Executivo também aplicou em saúde, com outras fontes, ou seja, recursos que não computam nos 12%, R$ 550 milhões, gerando um total de despesas com saúde de R$ 3 bilhões, que também já estavam lá no gráfico anterior.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui, só falando um pouquinho em saúde, em função da necessidade da expansão dos investimentos em saúde, em função da longevidade, em função da maior expectativa de vida, isso gera uma maior despesa no sistema público de Saúde. Então a peça orçamentária que está na Casa neste ano para análise para o ano que vem já computa como 15%. Então nós achamos que os 15% vão conseguir atender a saúde no ano que vem. Eu não sei se em 2023, 2024, vamos conseguir, porque é uma expansão enorme das necessidades em saúde, principalmente em função do envelhecimento das pessoas, pois quanto mais idade nós temos, mais necessitamos de atendimentos médicos e isso reflete no sistema de saúde.

Então, ao contrário da educação, onde nós temos a redução da taxa de natalidade, nós temos a redução do número de alunos por sala de aula, mas a Constituição de 1988 fixou estes dois patamares: os 25% e os 12%; os 12% não são suficientes para a saúde, nós estamos colocando 15%, mas é preciso criar uma nova fonte de receita para atender todas essas despesas, ainda mais em saúde e em educação que nós não podemos computar os inativos na conta. Só que o Tesouro paga todas essas contas.

Obrigado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Então aqui (*mostra o gráfico*) nós temos também uma noção dos investimentos realizados pelo Poder Executivo durante esse exercício até o final de agosto. Em termos de fontes desses recursos, aqui são os valores empenhados, R$ 978 milhões com recursos próprios. O que são recursos próprios aqui nessa análise? Tudo aquilo que não seja fruto de operação de crédito e nem de convênio. Então, com operações de crédito foram realizados R$ 123 milhões nesse exercício, e R$ 54 milhões com recursos advindos de convênios, normalmente convênios federais, né? Então nós tivemos um aumento de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior com recursos próprios, diminuiu a utilização de recursos de operações de crédito, e aumentaram 15,9% os investimentos com recursos advindos de convênios.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só chamando a atenção, se nós tivéssemos mais projetos licenciados para iniciar as obras, essa conta de desembolso estaria bem maior, tá? Então, o que hoje os projetos licenciados são uma necessidade premente, nós temos recursos para investir em todas as obras que nós estamos fazendo projetos, mas, infelizmente, a capacidade de fazê-los projetos é muito limitada. Um projeto bom, licenciado, demora de dois anos a três anos para ser executado, depois, a execução é rápida, mas desde que tenha um bom projeto licenciado e um projeto muito bem feito. Então nós temos mais de R$ 100 milhões de projetos hoje na rua para serem executados nos próximos anos.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui (*mostra o gráfico*) são os dados relativos à Previdência estadual. Nós temos o resultado previdenciário, também ao final do 2º Quadrimestre dos últimos quatro anos, com um total de receitas previdenciárias de R$ 1,51 bilhão. Em geral, aqui, são as contribuições previdenciárias arrecadadas dos servidores e a contribuição patronal.

As despesas previdenciárias somaram R$ 4,91 bilhões, gerando um resultado negativo de R$ 3,4 bilhões. Temos os valores dos mesmos períodos dos últimos quatro anos e, ao lado, nós temos um gráfico que mostra a composição dessas despesas previdenciárias para ter uma noção por área. Então nós temos a educação com 31,1%, a saúde com 7,2%, os inativos militares com 22,1% e as demais áreas ou os demais servidores com 39,5% dessa despesa previdenciária. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa conta tende a piorar porque nós temos a maior média salarial do País, e ela reflete na questão previdenciária. Então, todos os reajustes salariais que vão ser concedidos, a partir do ano que vem vão ser concedidos este ano de reposição inflacionária até 2020, vão impactar muito nesses números. A expectativa de fechar este ano é em torno de 5.200, mas ano que vem a conta tende a ser bem maior do que esses números absolutos, vamos dizer assim, não em termos de participação da receita.

O que nós estamos trabalhando? Naquela conta ali de quarenta e dois, a folha em relação à Receita Corrente Líquida, a conta dos inativos está nesse valor. Então nós conseguimos fazer o controle do fluxo de caixa controlando a relação Receita Corrente Líquida/folha e a contribuição dos inativos vai estar nesse valor, essa é uma despesa que tem que ser contida. Por isso eu acho que a próxima reforma deve ser feita no ano de 2027, acredito pelas minhas contas, minhas projeções, porque se não resolver essa conta aqui o Estado vai ficar insolvente.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui *(aponta para a imagem)* temos os percentuais da dívida consolidada líquida, esse é um percentual verificado também ao final de cada quadrimestre em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então aqui nós medimos o quanto representa a dívida consolidada do Estado em relação a sua Receita Corrente Líquida. Nós fechamos o 2º Quadrimestre de 2020 com 72,82% de comprometimento e estamos agora ao final do 2º Quadrimestre de 2021 com 49,57%. O percentual permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de até 200% de comprometimento da Receita Corrente Líquida.

Aqui estão também percentuais verificados em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro é a obtenção de operações de crédito, nós podemos obter no período até 16% da nossa Receita Corrente Líquida em operações de crédito, esse percentual ao final do 2º Quadrimestre de 2020 ficou em 0,41%, e este ano nós não obtivemos ainda operação de crédito, então o percentual está zerado.

Em relação à concessão de garantias e contragarantias, nós temos um percentual permitido de 22% da Receita Corrente Líquida. Ao final do 2º Quadrimestre de 2020 nós tínhamos 5,06% de garantias concedidas em relação à Receita Corrente Líquida, e ao final do 2º Quadrimestre de 2021 esse percentual está em 4,68%.

Aqui um panorama da execução dos restos a pagar. Os restos a pagar são aquelas despesas que concluíram ao final de 2020 ainda aguardando liquidação e pagamento ou apenas o pagamento. Nós temos ali um desmembramento inicialmente só do Poder Executivo, depois do valor consolidado. Então, do Poder Executivo nós inscrevemos em restos a pagar R$ 831 milhões, deste montante R$ 592 milhões já foram pagos, R$ 235 milhões foram cancelados, restando ainda R$ 3,6 milhões a pagar.

No consolidado nós tivemos R$ 922 milhões inscritos, R$ 647 milhões foram pagos durante esse exercício, R$ 267 milhões foram cancelados e temos ainda R$ 4 milhões aguardando o pagamento.

E aqui, para finalizar, um panorama do pagamento de precatórios, nós temos também ali o 2º Quadrimestre dos últimos quatro anos. Ao final do 2º Quadrimestre de 2018 nós tínhamos R$ 81 milhões de precatórios pagos, R$ 67 milhões ao final do 2º Quadrimestre de 2019; ao final do 2º Quadrimestre de 2020 nós tínhamos R$ 325 milhões e até o 2º Quadrimestre deste ano nós já pagamos R$ 412 milhões a título de precatórios. Seria isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras Deputadas e senhores Deputados, agradecemos a apresentação feita pelo senhor Jefferson Fernando Grande, que é diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria da Fazenda.

Agora vamos para o debate. Vamos abrir as perguntas para os senhores Deputados e consulto qual dos senhores Deputados teria perguntas.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Coronel Mocellin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN – Bom dia a todos, bom dia, Paulo Eli e demais os colegas.

Eu não tenho uma pergunta especificamente sobre a apresentação, se bem que eu questiono por que segurança pública não tem percentual. Eu gostaria que não tivesse nenhum percentual impositivo, de 25% de educação, de 12% de saúde, e a segurança pública não tem percentual nenhum, não é do tripé de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Mocellin, o Secretário Paulo Eli vai responder a vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN – Mas eu queria fazer outra pergunta para o Paulo Eli, até para tirar uma dúvida do Deputado Bruno Souza.

Nós devemos votar em seguida o projeto de reposição salarial para a segurança pública. A pergunta que eu lhe faço: esse percentual que veio no projeto de lei do governo é uma reposição da inflação ou é um aumento salarial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Passo a palavra para o Deputado Estadual Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – A minha indagação, senhor Presidente, é apenas no item de investimento. Só para eu relembrar, parece-me que está em torno de 4% até o último quadrimestre, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos lá. O Secretário Paulo Eli vai responder ao senhor Deputado Mocellin e ao Deputado Silvio Dreveck.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputado Silvio, refaça a pergunta porque eu estava anotando as perguntas do Deputado Mocellin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência, Deputado Silvio, pode repetir, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – A minha pergunta é a seguinte: acompanhando o relatório, um dos itens que me chamou a atenção é o percentual de investimento até o último quadrimestre, se está em torno de quatro vírgula alguma coisa?...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É 4,3%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – Eu não lembro em relação a 2020 qual foi o percentual. Essa é a minha dúvida.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Acho que o Jefferson tem ali a resposta.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Não, eu não tenho aqui, a gente acabou fazendo só 2021.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – Mas, supostamente, houve um aumento do investimento.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – E que haverá certamente ainda além desses 4,21%, podendo chegar um pouco mais.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Um pouco mais este ano e muito o ano que vem, porque o ano que vem nós vamos ter muitos projetos em medição. Este ano nós estamos medindo os projetos que estavam praticamente prontos, as obras estão em execução, mas só que uma obra... Por exemplo, a SC-401, terminou a obra, não tem mais obra para fazer ali; o acesso ao aeroporto; a Ponte Hercílio Luz, eu tenho faturas ainda para pagar, para trabalhar no conserto das duas pontes, a Pedro Ivo e a Colombo; eu tenho a BR-280, em Jaraguá do Sul, que é obra do

Estado; eu tenho a duplicação do distrito industrial lá em Joinville que é obra do Estado. [T*ranscrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

Então, nós só não temos mais medições porque falta projeto licenciado, então vai acelerar muito. Agora nós vamos começar a fazer o repasse para o DNIT, para pagar as faturas do DNIT em relação àquelas quatro grandes obras federais, e então vai melhorar um pouco o índice de investimentos.

Do meu ponto de vista, como técnico e gestor público, nós temos que investir em torno de 15% do Orçamento do Estado ao ano; 15% ao ano é um número que nós temos que perseguir, porque senão nós vamos sempre ficar pagando conta. E esse é o número que a Secretaria da Fazenda e o governo Moisés estão tentando perseguir.

Nós vamos conseguir a redução das vinculações, a redução da folha em relação à Receita Corrente Líquida. Mesmo fazendo as reposições, ela vai abrir espaço para investimentos com recursos próprios de R$ 3bilhões ou R$ 4 bilhões por ano, aí nós vamos conseguir, mas ainda é insuficiente para as necessidades do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – Secretário, se chegar a 10%...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Olha, com 5% eu já estou sorrindo, com 4%, com 10%... eu acredito que o ano que vem a gente encerre mais ou menos nesse patamar.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Só complementando, eu fiz um cálculo rápido, a gente não tem o gráfico, mas tem os valores, e o percentual é muito parecido, é 4,2%, está 4,3% agora, no ano passado estava 4,2%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – A receita do ano passado foi bem menor também.

Com relação à provocação do Deputado Mocelin, eu acredito que se a segurança pública tivesse esse percentual não estaria nesse nível hoje. A segurança pública é a área que mais teve expansão de gastos nos últimos dez anos. E o projeto que os senhores vão votar hoje em relação ao aumento da segurança pública é reposição salarial, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN – Reposição da inflação, deixar bem claro, é reposição da inflação dos últimos anos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN – Não é um aumento salarial.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Todo o ajuste que o Estado está fazendo é reposição da inflação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN - Exatamente, porque se tivesse dado a inflação, poderia dar além disso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Mas aí nós teríamos que apresentar aumento de alíquota de tributos aqui na Assembleia para pagar essa conta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN - Quero deixar bem claro aqui, porque tem emendas querendo dar uma reposição linear e o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, é bem claro e veda diferença de índice. É isso que eu quero deixar bem claro.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O Presidente, Deputado Marcos Vieira, precisou se retirar por uns minutos e eu vou conduzir, como Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

Abro as inscrições para mais Deputados se manifestarem.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Bom dia, senhores Deputados, bom dia, Secretário, bom dia a toda a equipe da Fazenda.

O Secretário me parece ser alguém agradável e provavelmente seria muito bom tomar um café com o senhor em uma ocasião, mas, infelizmente, a natureza da nossa função nos coloca aqui em posições antagônicas, mas nunca pessoal. A função do senhor e da Secretaria é tirar dinheiro do bolso dos catarinenses. Não deveria ser, mas é isso o que percebo pela atuação da Secretaria da Fazenda. Já a minha função é o oposto disso, é defender o bolso dos catarinenses, é proteger o bolso dos catarinenses.

A Secretaria conduz Santa Catarina através de uma crise e nós vamos sair dessa crise com um Estado maior, mais inchado, mais custoso e mais caro para os catarinenses. Isso significa que mais dinheiro será tirado do bolso do pagador de impostos catarinense. Eu fico sempre aflito quando vejo esse tipo de apresentação, porque a situação é de uma eterna expansão. Existe uma lei fixada em 1955 que se chama Lei de Parkinson, que diz que a demanda por algo vai sempre se expandir na medida em que a oferta cresça. É impressionante! Nós aumentamos a arrecadação, a despesa corre atrás, a despesa aumenta atrás. O problema é que a despesa tem uma rigidez muito maior do que a receita. O Estado pode passar por uma situação dificultosa lá na frente, uma situação crítica, a receita se contrair, e o que acontece? A despesa estará lá.

O senhor falou que o Estado pode ficar insolvente, na verdade o Estado nunca fica insolvente, quem fica insolvente é o catarinense. O catarinense fica insolvente, porque uma coisa é certa neste País, o Estado sempre encontra um jeito de tirar mais dinheiro do catarinense. E hoje nós temos um Estado que não cabe no bolso do catarinense, não apenas o Estado de Santa Catarina, mas a União e os Municípios não cabem mais.

Eu gostei muito das ponderações que o senhor fez sobre a rigidez do nosso gasto orçamentário. Eu concordo, nós temos uma rigidez que é insensata, fixar esses percentuais é insensato. A nossa pirâmide demográfica muda ano a ano e nós vamos chegar no final de 2030 com um esgotamento do nosso bônus demográfico e as demandas serão outras. Entretanto, não é só por isso que o gasto do Estado se expande, nós não podemos nos esconder aí. Por exemplo, eu cito só uma licitação que o Estado de Santa Catarina quer fazer com vigilância em escolas e que vai custar quase 1% do Orçamento do Estado. Uma licitação vai custar 1% “apenas”. Nós não fazemos políticas baseadas em evidências, isso me deixa realmente muito aflito, porque assim a despesa vai só se expandindo.

Eu gosto muito do modelo de Singapura, onde a remuneração dos gestores, dos Secretários é vinculada à expansão do crescimento econômico, com uma parte fixa e outra parte decorrente da variação do crescimento econômico. Claro, porque aí você vincula com o crescimento da prosperidade da população. Quem toma decisão precisa ter *skin in the game,* precisa ter a pele em risco, precisa estar vinculado com as consequências daquilo que decide, com a prosperidade da população.

Eu vejo, infelizmente, o nosso Estado apenas se expandindo, e isso não reflete, se nós analisarmos o conjunto de países com características muito próximas ao Brasil, em melhor prosperidade para a população, em melhor condição, em melhores

serviços. Pelo contrário, nós temos uma das piores entregas do planeta, uma das piores relações entre imposto arrecadado e serviço entregue. É muito triste como isso funciona no Brasil! Nós tiramos dinheiro, depenamos o brasileiro e o catarinense e entregamos muito pouco.

Mas o senhor fez uma ponderação, sobre a qual eu tenho uma dúvida. O senhor falou, e eu concordo também, que a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal foi muito fragilizada ao longo do tempo, cada decisão nova tira uma despesa da Lei de Responsabilidade Fiscal, do percentual de gasto com pessoal. Mas o senhor falou que teria mais 10% além do que hoje nós estamos computando no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. [*Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Eu só queria fazer uma distinção, para ficar claro, porque os senhores mostraram um gráfico no qual a despesa total com pessoal está em 62,5 – só para entendermos essa diferença dos 10%, entre o que nós teríamos a mais, segundo a alegação do senhor, que nós iríamos para 52% da Receita Corrente Líquida, e do gráfico que mostra 62%. Apenas para que possamos entender e para que possa ficar muito claro.

E digo novamente, as nossas posições aqui são opostas não por motivos pessoais, mas porque a natureza das nossas funções, parece-me que neste momento, é antagônica, e eu sempre vou ficar muito incomodado quando vejo o peso do Estado aumentando no bolso do catarinense.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Obrigado, Deputado Bruno.

Com relação ao último relatório, que nós estudamos faz seis meses, nós estamos em um processo de tornar claros os demonstrativos gerenciais, porque temos que separar demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que são para cumprir requisitos legais e de probidade administrativa, para os gerenciais, que é de fluxo de caixa. Então, com o tempo, o País inteiro com a crise foi excluindo itens da folha e nós estamos repondo isso no nosso fluxo de caixa, nos demonstrativos gerenciais. E o último que eu vi, faz seis meses, dava em torno de 10%, agora com o crescimento da receita... eu acho que está de 8% a 10%.

Mas em relação aos 61%, Jefferson, qual é o comparativo que tu fizeste no teu demonstrativo?

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Não, na verdade nós temos um percentual que é de 63%, mas esse 63%, na verdade, é só para mostrar o quanto do valor da despesa com pessoal é com inativos e o quanto é com servidores ativos, né? Eu acho que o gráfico a que o Deputado se refere, daquele valor que nós apresentamos ali, os inativos representam 36,44% e os ativos 63,56%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Não, tem um outro que fala da despesa do Executivo, a folha de 61%.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE - Ah, sim, é o *slide* anterior.

Ali nós temos uma proporção da despesa com pessoal em relação às despesas totais.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Às despesas totais.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE - E o percentual, que nós estamos em 42%, e o Secretário comentou que...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É sobre a receita.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE - Aham, isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Então da despesa executada, nós executamos 61% com folha, mas esse percentual não é o da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é sobre a receita.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE - Isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputado Bruno, não tem nada pessoal, na realidade nós não estamos em campos opostos, nós estamos construindo o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. O Estado moderno é a sociedade que financia, é como um condomínio, só que nós temos que melhorar essas regras para que a gente tenha melhores serviços e melhores investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Passo a palavra para a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu quero, em primeiro lugar, agradecer mais uma vez o Paulo Eli e o Jefferson, que estão aqui fazendo a apresentação. Eu estava acompanhando os dados do último quadrimestre do ano passado, estudei muito essa tabela para discutir plano de carreira do Magistério.

Eu quero dizer, Paulo Eli, que eu comungo da tese de que nem sempre crescimento econômico significa melhoria da qualidade de vida. Em primeiro lugar eu tenho esse entendimento. Você pode ter um Estado que cresce economicamente, mas que concentra. Se a gente pensar, em dois anos de pandemia nós tivemos 42 novos bilionários no Brasil, em plena pandemia. Então, não necessariamente crescimento significa crescimento das políticas públicas de Estado ou da remuneração.

Eu penso que o Estado, enquanto instituição fundamental, precisa investir, então que bom que temos previsão de investimentos em obras, em infraestrutura. Isso é muito positivo. Ele precisa devolver, nas palavras do Deputado Bruno ele retira, mas ele devolve, ele devolve. Se tem um SUS funcionando, o que seria pandemia sem o SUS? Foi o SUS que salvou as vidas, né? Se não tivéssemos tido tantas atrapalhadas, não teríamos seiscentos mil mortos, inclusive, mas foi o SUS que salvou. O que seria das escolas se não tivessem os professores atuando; o que seria da segurança pública se não tivessem os policiais; o que seria de tanta gente que recorre ao Poder Judiciário para ter os seus direitos devolvidos, se não tivesse um instrumento jurídico permitido? Isso tudo tem custo, então você cobra imposto e você devolve, e eu quero, sim, que cobremos e devolvamos cada vez mais e melhor. Só queria fazer essa ponderação aqui.

Quando aprovamos a lei na Assembleia do salário mínimo regional, também é uma forma de devolver, quando você amplia o percentual para além da inflação.

Eu quero me deter a um ponto aqui. Eu estava verificando que no ano passado nós fechamos os gastos com os inativos na educação em R$ 404 milhões, está aqui a apresentação feita, R$ 404 milhões. O impacto financeiro do plano de carreira que está nesta Casa - eu estou falando do plano de carreira, não da remuneração mínima, plano de carreira –, ano que vem, R$ 294 milhões. Ou seja, foi criada uma expectativa de valorização dos profissionais da educação, mas quando olhamos para os números, se transportar os inativos, o investimento na carreira é menor do que os R$ 404 milhões com os inativos. Esse é um debate que vamos continuar fazendo.

Eu entendo que o governo fez uma proposta de governo sobre a PEC da remuneração mínima e não considerou o conjunto do Magistério público estadual. E agora nós temos para a grande maioria dos educadores apenas o reajuste da inflação. Eu quero dizer, Paulo Eli, que eu aplaudo uma série de ações e programas que este governo está fazendo, e digo alto e bom tom, mas no plano de carreira não está sendo

justo o que está sendo colocado. E não está sendo justo porque se olharmos o Fundeb, nos últimos anos... eu fiz o levantamento de 2015 a 2020, em 2015 nós colocamos 97,93% do Fundeb na educação, quase 100%; agora a meta é 72%. Por que a meta é 72% se o menor percentual que nós utilizamos foi em 2019, 74%, praticamente, mas variou de 97%, 82%, 77%, 82,65% no ano passado, para agora 72%. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Eu quero dizer com isso que eu entendo que há margem para avançarmos do ponto de vista da carreira. Isso não vai quebrar o Estado e não vai destruir os patamares da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de fazer essa menção aqui, Paulo Eli, e parabenizá-lo por todo o trabalho que a Fazenda, com a sua equipe, está realizando e conduzindo. Mas temos que avançar nesse aspecto.

Obrigada.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Obrigado, Deputada.

Na realidade nós demos um passo para iniciar um processo. Então a remuneração mínima garantida é só o início do primeiro passo, depois nós temos, na questão de descompactação da tabela, outros itens para considerar.

A educação não tem só professores para pagar, a educação tem toda uma série de despesas a ser paga. Nós estabelecemos uma régua de 70%, 72%, que o mínimo é 70%, pelo Fundeb, porque a cada real que é concedido por professor em sala de aula, quantos reais a mais nós temos que colocar lá no déficit da Previdência? Então a conta é só essa. E esses R$ 400 milhões ali não é esse o valor, porque aqui R$ 400 milhões é o que nós usamos do inativo para computar no 25%.

Então, na realidade, Deputada, eu acredito que o valor de R$ 5 mil vá virar piso da tabela dentro de três ou quatro anos, na minha avaliação...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O piso inicial?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É o piso inicial. Na minha avaliação, daqui a quatro ou cinco anos, o início da tabela deve ser o valor de R$ 5 mil.

Mas nós iniciamos esse processo de valorização do professor, porque hoje ninguém mais quer ser professor para ganhar R$ 2,8 mil. Quem quer ser professor para ganhar R$ 2,8 mil? Agora, com R$ 5 mil... O concurso de ACT deu 70 mil candidatos, 76 mil candidatos. Então nós estamos no caminho certo, mas, Deputada, nós não podemos fazer tudo de uma lambada só, porque as contas não comportam. Mas num processo de médio prazo, eu não falo nem em longo prazo, os R$ 5 mil, pela trajetória que nós montamos, em cerca de três ou quatro anos vai ser o piso. Hoje não é, hoje é remuneração mínima.

Então esse é um processo que nós estamos trabalhando e eu acredito que ele seja um processo exitoso. Nós temos o impacto dos inativos em relação a isso, na realidade os inativos é que contêm a nossa expansão na tabela dos ativos. Financeiramente é essa a conta que nós fazemos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu quero só dizer, Paulo, que tem margem para avançar. Vale-refeição, por exemplo, não entra aqui e está congelado há dez anos. Tem outros aspectos aqui, mas eu não vou abrir o debate porque não estamos discutindo somente educação, mas eu queria que o Vampiro estivesse aqui para eu poder falar para ele isso. Eu quero dizer que eu contesto, porque eu acompanho os números da educação ano a ano e tem margem para avançar na proposta do governo, mas a gente precisa fazer esse esforço coletivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, Deputada Luciane Carminatti.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira se manifestar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – É mais até para a própria Deputada Luciane mesmo, de como isso reflete na rede municipal de ensino. É uma questão e tem que ser levantada. Pode ser para o senhor também (*dirige-se ao Secretário Paulo Eli*).

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Respondo essa pergunta, Deputado. Que tipo de professor nós vamos conseguir para as nossas escolas estaduais e municipais para ganhar R$ 2,8 mil? Essa é a resposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – O mesmo tipo que já vem trabalhando até hoje.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Ninguém mais quer ser professor, porque a remuneração é muito baixa. Como é que nós podemos pagar um professor de nível superior, que fez faculdade, 40 horas, R$ 2,8 mil? Não tem sentido isso.

Então, nós temos que quebrar esse paradigma. Professor é uma das profissões que tem que ser mais valorizadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Não estou discutindo isso, eu tenho absoluta certeza que o professor tem que ser valorizado. Estou perguntando se pelo menos a Fecam foi consultada em relação a isso. Qual vai ser o posicionamento da rede municipal de ensino no Estado?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Os Municípios estão com muita dificuldade de cumprir os 25% da educação sem os inativos. Os Municípios têm espaço fiscal para isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E o Estado também tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, Deputado Sargento Lima.

Muito obrigado, Secretário Paulo Eli e senhor Jefferson, pela apresentação e, assim, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública, que se refere à primeira etapa da nossa reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE